

Título: Perfil clínico-epidemiológico dos casos de sífilis congênita notificados em um hospital federal de ensino no Rio de Janeiro de 2010 a 2014

Autor(es) Claudia Caminha Escosteguy; Larissa Martins de Brito Moraes; Marcio Renan Vinicius Espínola Marques; Ricardo Cerqueira Campos Braga

E-mail para contato: rbiobraga@globo.com

IES: UNESA

Palavra(s) Chave(s): Sífilis congênita, Vigilância epidemiológica, Saúde Materno-Infantil

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi analisar os casos de sífilis congênita atendidos em um hospital federal de ensino no Rio de Janeiro, no período de janeiro de 2010 a dezembro de 2014. Foi realizado um estudo observacional, seccional, retrospectivo a partir dos dados da ficha do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) para o período de 01/01/2010 a 31/12/2014, situado em base local do referido hospital, que possui uma maternidade de alto risco, ambulatório de pré-natal e referência para HIV/Aids. Para este trabalho, foram selecionados todos os 179 casos de sífilis congênita, notificados neste período. Foram analisadas as variáveis do banco de dados do SINAN NET quanto à consistência de suas informações; quando identificadas inconsistências, procedeu-se à correção nas mídias disponíveis (papel e eletrônica). A análise dos dados foi realizada através do software EpiInfo. Este trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da instituição. Dos 179 casos analisados, a idade da criança no momento da notificação, 50,8% eram do sexo masculino, 36,2% declaradas (raça/cor) parda, houve 1 óbito por sífilis e 1 natimorto. A idade das mães variou de 15 a 43 anos, 31,6% se declararam (raça/cor) preta, 22,4% possuíam ensino médio completo e 84,6% realizaram pré-natal. O diagnóstico de sífilis materna foi realizado durante o pré-natal em 72,0% do total de gestantes. Apenas 12,6% das mães tiveram o tratamento adequado na gestação e em apenas 25,0% dos casos havia a informação do parceiro tratado concomitantemente. Das crianças 73,0% eram assintomáticas; apresentaram icterícia 13,8%; anemia 2,3%; lesões cutâneas 2,3%; lesão de ossos longos 2,3%; osteocondrite 1,5%; rinite muco-sanguinolenta 0,5%. Para o tratamento da sífilis congênita 78,7% utilizaram penicilina G cristalina por 10 dias. Com relação ao diagnóstico final, 78,1% apresentaram critérios para sífilis congênita recente, sífilis congênita tardia 2,3% e natimorto 0,5%; e estão em revisão 18,8% dos casos. Este estudo mostra que apesar da realização do pré-natal em 72,0% do total das gestantes atendidas, uma proporção elevada das mães foi considerada segundo os critérios preconizados pelo Ministério da Saúde como inadequadamente tratadas, e resultando na necessidade do tratamento nos recém-natos. A sífilis na gestação constitui um grande problema de saúde pública, negligenciada pelas autoridades sanitárias ao longo dos anos, levando ao recém-nato a condição de sífilis congênita ao nascer. Esta doença é de fácil detecção por exame laboratorial, além de tratamento de baixo custo com disponibilidade nas unidades de Atenção Básica à Saúde, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), e o não tratamento da sífilis acarreta aborto, afeta diferentes órgãos (principalmente o sistema nervoso central), cegueira, surdez, deficiência mental e a malformação do feto. O Brasil tem o desafio de eliminar a sífilis congênita no país até 2015, como preconiza Organização Mundial de Saúde (OMS). Para esta realização se faz necessário investimentos em todas as esferas de governo (Federal, Estadual e Municipal) para um treinamento profissional e eficiente no sentido da realização de um pré-natal eficaz na gestação com a identificação, diagnóstico e tratamento da sífilis, além do tratamento do parceiro, como preconiza o protocolo do Ministério da Saúde.